



Dossiê

Volume 10 - Número 23

Visões sobre ROGER BASTIDE: Religião, Sociedade e Conhecimento

doi: [10.25247/paralellus.2019.v10n23.p395-408](https://doi.org/10.25247/paralellus.2019.v10n23.p395-408)

UM OLHAR SOBRE A IGREJA NO BRASIL EM TEMPOS DE EXÍLIO: CARTAS DO PE. JOSÉ COMBLIN INTERCEPTADAS PELO SNI EM 1976

A LOOK AT THE CHURCH IN BRAZIL AT EXILE TIMES: LETTERS FROM
FR. JOSÉ COMBLIN INTERCEPTED BY THE SNI IN 1976

*Sérgio Ricardo Coutinho dos Santos**

RESUMO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa que estamos desenvolvendo sobre a documentação do antigo *Serviço Nacional de Informações* (SNI), órgão de controle da chamada "Comunidade de Informações" durante o regime militar brasileiro (1964-1985), especialmente aquela documentação referente à atuação de cristãos e cristãs, de diferentes denominações, naquele período de nossa história. Neste levantamento encontramos um conjunto de 08 cartas, reunidas pela Agência de Recife do SNI, escritas pelo Padre Joseph Comblin, datadas de 1976 e redigidas em Bruxelas (Bélgica), para vários amigos e amigas da Arquidiocese de Olinda e Recife. Nosso objetivo é fazer uma primeira aproximação analítica destas cartas e trazer algumas impressões do padre belga sobre a prática pastoral da Igreja no Brasil, especialmente sobre as CEBs e a Teologia da Libertação, a partir do seu olhar no exílio. Esta documentação é inédita e ajuda muito no preenchimento das lacunas que ainda existem para

* Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (2015). É docente, desde 2016, do Departamento de História das Faculdades Integradas UPIS (DF). É docente, desde 2011, no Curso de Serviço Social do Centro Universitário IESB (DF). docente, desde 1997, do Instituto de Teologia e Filosofia São Boaventura (ISB) dos Franciscanos Conventuais em Brasília. Foi presidente do Centro de Estudos em História da Igreja na América Latina (CEHILA-Brasil) (gestão 2010-2015). Foi pesquisador e coordenador do Centro "Memória e Caminhada das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil" na Universidade Católica de Brasília (UCB). Ex-assessor da Comissão para o Laicato da CNBB. E-mail: scoutinho6483@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2086262977408461>.



um conhecimento mais preciso sobre a vida de José Comblin antes de seu retorno definitivo ao Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Regime Militar, CEBs, Teologia da Libertação, Comunidade de Informação.

ABSTRACT

This work is part of a research that we are developing on the documentation of the former *National Information Service* (SNI), a control organ of the so-called “Information Community” during the Brazilian military regime (1964-1985), of Christians, from different denominations, in that historical period. In this survey, we find a set of 08 letters, gathered by the Recife Agency of SNI, written by Father Joseph Comblin, dated 1976 and written in Brussels (Belgium), to several friends of the Archdiocese of Olinda and Recife. Our objective is to make a first analytical approximation of these letters and to bring some impressions of the Belgian priest about the pastoral practice of the Church in Brazil, especially CEBs and Liberation Theology, from his gaze in exile. This documentation is unprecedented and helps a lot in filling the gaps that still exist for a more precise knowledge about the life of José Comblin before his definitive return to Brazil.

KEY-WORDS: Military Regime, CEBs, Liberation Theology, Information Community.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa que estamos desenvolvendo no Núcleo de Estudos em História, Religião e Política (NEHRP) do Departamento de História das Faculdades Integradas UPIS (Brasília-DF). A pesquisa se debruça sobre a documentação do antigo *Serviço Nacional de Informações* (SNI), órgão de controle da chamada “comunidade de informações” durante o regime militar brasileiro (1964-1985), especialmente aquela que diz respeito à atuação de cristãos e cristãs, de diferentes denominações, naquele período de nossa história.

Foi neste levantamento que encontramos um conjunto de 08 cartas, reunidas pela Agência de Recife do SNI, “possivelmente escritas pelo Padre Joseph Comblin”, datadas de 1976 e escritas em Bruxelas (Bélgica). Nosso objetivo é muito modesto: fazer uma primeira aproximação analítica destas cartas e trazer algumas impressões do padre belga sobre a prática pastoral da Igreja no Brasil, a partir do seu olhar no exílio.

2 AUTENTICIDADE DAS CARTAS E PRIMEIRAS REAÇÕES AO SEU CONTEÚDO

Como dissemos acima, são 08 cartas datilografadas, escritas em Bruxelas (Bélgica) e remetidas para Recife (PE), entre os dias 24/10/1976 (1 carta), 31/10/1976 (4 cartas) e 01/11/1976 (3 cartas), destinadas a Maria Emília Guerra Ferreira, Sônia M. Guerra Ferreira, Padre Eduardo Hoornaert, Menininha e Ir. Ivone Gebara, endereçadas à Rua de Giriquiti, nº 48, onde funcionavam diversos órgãos da Arquidiocese de Olinda e Recife, pastoreada por Dom Helder Camara. (SNI, 1976)

A primeira coisa que fizemos foi buscar verificar a autenticidade da autoria das cartas, já que elas foram enviadas sem remetente, como as próprias cópias dos envelopes reunidas pelo SNI revelam, e, por isso, a dúvida entre os agentes de informação sobre o autor das mesmas.¹

Para isso entramos em contato com dois conhecidos nossos e destinatários de algumas das cartas: Eduardo Hoornaert e Ivone Gebara.

Eduardo Hoornaert, belga e amigo de longos anos de Comblin, assim respondeu ao nosso e-mail com as cartas que anexamos:

Claro que essas cartas são de Comblin mesmo. Consigo identificar as pessoas, exceto umas abreviações que não sei decifrar. É uma literatura muito importante, pois Comblin toca em diversos assuntos de grande repercussão (a teologia da libertação, as comunidades de base, a “conscientização”) e emite opiniões de grande valor (assim penso, bastante controvertidas) (HOORNAERT, e-mail de 24/04/2019).

De fato, as cartas contêm várias abreviações de nomes de pessoas. Isso significa que Comblin tinha ampla consciência de que estava sendo monitorado pelos militares no Brasil e pela DINA do Chile.² Ele tinha toda a razão, porque os agentes de informação interceptaram as cartas, “xerocopiaram”-nas, e as fizeram chegar aos seus destinatários normalmente. E a estratégia de Comblin teve bom resultado, pois as

¹ Todas as cartas estão com uma rubrica de difícil leitura, com exceção da última carta quando é possível decifrar sua rubrica “J Comblin”.

² Dirección de Inteligencia Nacional (DINA): policía política chilena do período do regime militar de Augusto Pinochet.

cartas estão todas sublinhadas e com anotações nas margens buscando descobrir os nomes abreviados e outras informações sobre o seu conteúdo.

Ir. Ivone Gebara teve uma reação menos entusiasmada que Hoornaert, mas confirmando sua autenticidade:

Acredito que estas cartas sejam de fato do padre Comblin. Conheço todas as pessoas às quais são endereçadas. [...] Confesso que me senti mal sobretudo quando se trata de expor relações pessoais afetivas do Comblin com algumas pessoas. Não temos o direito de expô-las e expor a vida de Comblin (GEBARA, e-mail de 30/04/2019).

De fato, as cartas (e agora podemos afirmar com toda a certeza) de Comblin, revelam um carinho muito grande com as mulheres destinatárias das mesmas. Eduardo Hoornaert esclarece bem este lado afetivo do Pe. Comblin:

Comblin foi um grande amigo, sobretudo de mulheres, isso posso testemunhar. Essas cartas revelam uma faceta de sua personalidade que passa despercebida por muitos, mas que eu vivenciei em diversas ocasiões. O lado emocional e amoroso de um teólogo que costumava se apresentar como distante e retraído (HOORNAERT, e-mail de 24/04/2019).

Além disso, Hoornaert, historiador experiente de longa data, ajuda-nos a entender a preocupação de Ivone Gebara: o de uma má interpretação do tom afetuoso das cartas.

Nos primeiros anos de Brasil, os “3 ‘doutores’ belgas” (ele e mais dois outros com doutorado em Louvain) tiveram apoio de uma freira belga que morava no famoso Colégio Des Oiseaux das Cônegas de Santo Agostinho em São Paulo (Perdizes, se não me engano). Esse colégio virou o ponto de apoio dos três. Comblin então se tornou diretor espiritual de noviças das Cônegas, o grupo que aparece em sua correspondência (Ivone Gebara, Maria Emília Ferreira, Maria Valéria Rezende [hoje excelente escritora, veja seu “Carta a Rainha Doida” recentemente lançado], Celina etc.). Ele percebeu por intuição o valor desse grupo realmente excepcional. Mantinha uma relação muito afetuosa com essas mulheres, um traço de sua personalidade profundamente livre e desimpedida, que não pode ser descrito em poucas palavras, mas valeria um aprofundamento (como o tema de sua “liberdade” em geral) (HOORNAERT, e-mail de 27/04/2019).

Comprovada assim a autenticidade delas, façamos agora uma breve apreciação e dedicar uma atenção maior a alguns temas de ordem temporal contidas nas cartas.

3 UM “EXILADO”: ENTRE RAÍZES E RADARES.

O título desta segunda parte do texto faz referência à tese de doutorado em História da Prof^a Dr^a Denise Rollemberg³. Esta pesquisadora se debruçou sobre os relatos de experiência de vida, durante o período de “exílio”, entre 1964 a 1979 (Lei da Anistia), de ex-militantes de esquerda. Suas reflexões também ajudam a compreender um pouco melhor o contexto subjetivo e objetivo em que Pe. Comblin escreveu suas cartas.

Segundo Rollemberg, ao longo do tempo, o exílio teve que ser vivido, por aqueles que a experimentaram, no dia-a-dia, envolvendo questões de ordem subjetiva e objetiva. Depois de se sentirem no centro dos acontecimentos, em uma conjuntura de intensa agitação política, o exílio foi, para as “gerações”⁴ de 1964 e 1968, (e Pe. Comblin fez parte ativa destas) a ruptura com uma realidade e o desenraizamento do universo de referências que dera sentido à luta. A derrota de um projeto político e pessoal, o estranhamento em relação a outros países e culturas, as dificuldades de adaptação às novas sociedades, que muitas vezes os infantilizavam, o não-reconhecimento nos novos papéis disponíveis, tudo isto subvertia a imagem que os exilados tinham de si mesmos, desencadeando crises de identidade que se manifestavam em diversas situações cotidianas: na batalha pelos documentos ou na recusa em obtê-los; no trabalho e no estudo; na militância política ou no seu abandono; nas atividades culturais e artísticas; na vida familiar e afetiva.

A história do dia-a-dia no exílio foi, portanto, a história do choque cultural renovado constantemente; do mal-estar em relação ao outro e, sobretudo, em relação a si mesmo; da indefinição entre o que se pretendia ter sido e o que se era de fato. É a história da desorientação, da crise de valores que significou, para uns, o fim de um caminho e, para outros, a descoberta de outras possibilidades. (ROLLEMBERG, 1999, p. 40)

Para o Pe. José Comblin, o “exílio” também teve um impacto na sua experiência de vida. Depois de 14 anos (1958-1972) vivendo ininterruptamente fora de sua terra natal – 03 anos no Chile e 11 anos no Brasil (sendo 07 anos só em Recife, 1965-1972) –,

³ *Exílio. Entre raízes e radares*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), em junho de 1998, sob a orientação da Prof^a. Angela de Castro Gomes.

⁴ Rollemberg utiliza o conceito de *geração* de Jean-François Sirinelli: “uma geração é uma reunião de homens marcados por um grande evento ou uma série de grandes eventos”. (Sirinelli, 1987, p. 43).

foi deportado pelo Regime Militar em março de 1972, retornando à Bélgica. O primeiro impacto foi, sem dúvida nenhuma, no seu projeto político-pastoral. O próprio Comblin relembra sua expulsão do país:

A expulsão do Brasil mudou todos os meus projetos⁵. Foi uma surpresa, mas não uma surpresa total, porque já havia pelo menos um antecedente que anunciava o que ia acontecer. Em 1968, já tinha havido um incidente. Estávamos preparando a Conferência de Medellín. Dom Helder pediu uma colaboração, queria juntar material e recolher sugestões. Era evidente que ele teria um papel fundamental na conferência. Redigi um texto⁶, que foi discutido num pequeno grupo de 12 pessoas. Tratava-se de um ponto de partida para a discussão. A questão foi que um dos exemplares caiu nas mãos de Wandenkolk Wanderley, vereador de Recife e o inimigo mais implacável de Dom Helder na cidade. [...]

Mas os próprios militares ficaram alarmados [com tanta repercussão que o caso tomou]. Nesse caso houve outra intercessão. Foi Paulo Egydio, que tinha sido ministro no governo Castelo Branco, ia ser governador de São Paulo e era amigo do General Golbery. Conheci Paulo Egydio num movimento de casais em São Paulo. Ele agendou um encontro meu com um coronel do SNI, e este se deu por satisfeito com as minhas explicações. No entanto, pediu que me afastasse algumas semanas do Brasil até que a agitação se acalmasse. Fiquei no Equador durante três meses e voltei sem problema. Mas estava claro que havia se constituído uma ficha minha nos serviços de informação do Exército. [...] Durante quatro anos não aconteceu mais nada no Recife. Porém, em março de 1972, estava voltando da Europa depois das minhas aulas em Louvain. Quando cheguei ao aeroporto do Recife e desembarquei, fui preso pela polícia de Recife, que me comunicou que era *persona non grata* no Brasil e não podia desembarcar. No entanto, a polícia do Recife não sabia como proceder, porque tinham recebido um telegrama que dizia “proibido desembarcar”. Mas eu tinha desembarcado: o que fazer agora? Consultaram as instâncias superiores e foi decidido que a solução era mandar-me para o Rio de Janeiro e lá eles saberiam o que fazer. Reembarquei e no Rio fui interrogado por um coronel. (MONTENEGRO, 2019, p. 155-156)

No interrogatório, o coronel apresentou-lhe uma carta escrita pelo próprio Comblin, remetida, via o bispo-auxiliar de Fortaleza, para Dom Antônio Fragoso, bispo de Crateús (CE). Comblin se surpreendeu porque achava que somente Dom Fragoso

⁵ Uma destes projetos foi a experiência de ensino de teologia numa perspectiva nova, inserido em comunidades de “seminaristas rurais”, conhecido por “Teologia da Enxada”.

⁶ Este texto foi considerado na época como um documento “subversivo”, chamando a atenção da imprensa. O texto ficou conhecido por “Documento Comblin”.

estava sendo monitorado, “mas não imaginava que uma pessoa tão alheia aos conflitos [ou seja, ele mesmo] fosse também controlada”.⁷

O coronel não estava apenas preocupado somente com o remetente da carta, vista pelo regime também como subversivo, mas com seu conteúdo. Relembra Comblin com um tom sarcástico: “Aqui! Está escrito ‘as bases’. Isto é comunista!”, afirmou o coronel. “Respondi que a mim não me constava porque a palavra ‘base’ estava sendo usada em muitos contextos diferentes, com muitos sentidos diferentes, inclusive na química”. Mas o coronel retrucou com veemência: “É comunista!”. (MONTENEGRO, 2019, p. 156).

Comblin foi posto no avião que lhe trouxe da Europa e retornou para a Bélgica, começando seu exílio.

Permaneceu pouco tempo em seu país de origem e, como muitos brasileiros exilados na época, resolveu ir para o Chile em setembro de 1972. Apesar de estar em um país conhecido por ele, com muitos amigos e também dominar a língua espanhola, Comblin sofreu os efeitos de uma “crise de identidade”.

Cheguei ao Chile no dia 7 de setembro 1972. Logo caí numa grande perplexidade. Três semanas depois estourou o “paro de outubro”, a greve de todos os donos de caminhões que paralisou todo o transporte pelas estradas, criando o caos depois de um mês. [...] Diante do “paro de outubro”, logo pensei: “Aqui acontecerá um golpe militar, e não vai demorar”. Tinha conhecido a evolução da situação política no Brasil e tudo estava muito claro. Estavam preparando as condições psicológicas para um golpe militar. [...] Para mim, era evidente, não precisava ser profeta. (MONTENEGRO, 2019, p. 158)

Diante daquela conjuntura, Comblin tentou convencer amigos, colegas, todos os seus interlocutores para que pelo menos se preparassem para enfrentar o que estava por acontecer. Mas ninguém quis acreditar. Achavam que ele era pessimista e que estava desmoralizando a “revolução” de Salvador Allende. O sentimento de insegurança era inevitável:

Até o golpe, fiquei numa situação psicológica difícil. O mundo popular allendista olhava para mim com desconfiança. A burguesia vivia

⁷ Após a divulgação do seu texto em preparação à Conferência de Medellín (1968), Comblin passou a ser visto como potencial subversivo pelos agentes de informação do Regime Militar, incluído no rol do clero “comuno-progressista”.

neurótica, aguardando a intervenção dos militares, porque já estavam vendo as massas populares incendiarem suas casas, matarem suas mulheres e comerem a carne dos seus filhos. Fiquei aguardando o inevitável. A demora foi de menos de um ano. (MONTENEGRO, 2019, p. 158)

Mesmo nestas condições, Comblin trabalhou na diocese de Talca, de forma silenciosa, quase clandestina, até o ano de 1980, quando foi expulso do Chile.

Mas, durante este período de exílio, ele continuou a exercer o magistério em Teologia na Universidade de Louvain-la-Neuve, em Bruxelas. Esta experiência se iniciou em 1970. O decano da faculdade de Teologia, Monsenhor Delhaye, o convidou para ser professor. Comblin fez a seguinte proposta: aceitava o convite desde que pudesse dar todas as aulas em 05 semanas. Esta atividade foi o modo que encontrou para se manter economicamente nos anos de exílio.

As cinco semanas de curso em Louvain valiam como férias da América Latina. Além disso, essa solução tinha uma imensa vantagem econômica. Um mês de aulas na Bélgica dava-me o suficiente para viver o resto do ano na América Latina sem receber nada. [...] Isto me deu a possibilidade de escolher o meu ministério sem depender financeiramente da diocese. [...] Sei que gozei de um grande privilégio que não está ao alcance de todos, somente de uns poucos. (MONTENEGRO, 2019, p. 166)

Portanto, foram nestas condições pessoais (subjetivas e objetivas), de exilado que Comblin escreveu as 08 cartas para os amigos da Arquidiocese de Olinda e Recife, sem perder de vista seu olhar crítico para a vida pastoral da Igreja no Brasil.

4 “O XANGÔ É UMA CELEBRAÇÃO DA VIDA”: UMA CRÍTICA ÀS CEBS E À TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

É possível depreender pela leitura das primeiras linhas das cartas que Comblin que ele está respondendo à uma série de correspondências que recebeu em mãos de um certo “M.” que lhe visitou no mês de outubro de 1976, em Bruxelas: “Obrigado pela carta enviada por intermédio de M. Ele ficou aqui dois dias somente, mas deu para conversar. Foi muito interessante para mim. Embora muito rápido” (COMBLIN, Carta para Margaret Malfliet de 31/10/1976).

Os agentes de informação brasileiros conseguiram identificar o nome por trás da abreviação: Dom Marcelo Pinto Carvalheira, bispo auxiliar da Paraíba. Isto porque Comblin mesmo deixa uma pista na carta de 01/11/1976 endereçada à “Menininha”⁸: “Foi uma grande alegria a visita do nosso monsenhor de Guarabira”. Dom Marcelo Carvalheira levou várias cartas e presentes do Brasil para Comblin em Bruxelas.

Como dissemos antes Comblin tinha plena consciência que estava sendo monitorado pelas “comunidades de informação” do Brasil e Chile. Ele será visto pelos órgãos de vigilância como uma espécie de “intelectual orgânico”, tal como proposto por Gramsci, do chamado clero progressista e o formulador de uma “Teologia da Violência”.

[...] a Teologia da Violência nada mais é que o marxismo de batina, provido de “habeas-corpus” da sacristia. Todavia, a análise do Documento COMBLIN nos leva a surpreendente conclusão que os comuno-progressistas da Igreja Brasileira, partidários da Teologia Violenta, seguiram, na década dos sessenta e até 1973 (Jenthel)⁹, religiosamente, as premissas por ele ditadas. [...]

A pregação de COMBLIN e a utilização indevida do Vaticano II, que não foi coisa nova, mas ponto culminante de uma evolução mais ou menos longa, resultou em abundante colheita para subversão violenta no clero brasileiro no passado e, como vamos demonstrar nos capítulos seguintes, se estendeu até o ano de 1973, podendo voltar a qualquer momento, dependendo apenas do maior ou menor controle exercido pelos governos revolucionário sob a subversão internacional, comandada pelo clero marxista. (CISA, 1975, p. 11-12)

Como observou Eduardo Hoornaert, o conteúdo das cartas “toca em diversos assuntos de grande repercussão (a teologia da libertação, as comunidades de base, a ‘conscientização’)” (HOORNAERT, e-mail de 24/04/2019).

⁸ Não conseguimos identificar o nome da pessoa por trás do apelido.

⁹ François Jenthel, missionário francês. Viveu durante 20 anos defendendo os índios e os camponeses do Mato Grosso. Pe. Jenthel chegou no Brasil em 1954 para trabalhar na missão dos índios Tapirapé e em Santa Teresinha, na Prelazia de São Félix do Araguaia. Fundou, com os camponeses uma cooperativa, construiu a escola e o Centro de Saúde. Levou técnicos, médicos, professores. Conseguiu o primeiro trator e a primeira máquina de colher arroz daquela área. Mas, sobretudo, despertou entre os camponeses o sentido de justiça, para se organizarem em Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Tudo isso impediu a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Araguaia (CODEARA) de se apoderar das terras com o apoio do Exército e da Polícia. Em 1973, foi acusado de “*incitação à luta de classes e à animosidade contra as forças armadas*”, e por isso foi detido e condenado a 10 anos de prisão. Ao cumprir um ano de condenação, foi declarado inocente por um tribunal superior, devendo, porém, deixar o país. Em 1975 retorna ao Brasil, porém, foi sequestrado e expulso definitivamente, por decreto do presidente Geisel.

Destas temáticas, dentre outras tantas que as cartas tratam, escolhemos a que Comblin reflete sobre as “Comunidades de Base” para uma verdadeira “pastoral popular” (carta de 31/10/1976 para Maria Emília G. Ferreira). Esta temática é interessante porque foram nos anos 1970 que as experiências das CEBs começavam a dar o “ar da graça”, inclusive para os militares, que as olhavam com preocupação.

De fato, a dobradinha Comblin-CEBs vai chamar a atenção da “comunidade de informação”. Encontramos em um outro informe, “confidencial”, elaborado pelo Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (CISA), datado de 09/01/1974, em que censurava uma futura publicação de um livro de Comblin, organizado pela Editora Beneditina de Salvador (BA) intitulado “Teoria para uma Comunidade de Bases” (sic). Os agentes do CISA constatavam:

Trata-se de [José Comblin] elemento com vasto dossier nos OI [Órgãos de Informação].

O conceito de Comunidade de Base, ou Comunidades Eclesiais de Base (CEB) advém de princípio que está sendo adotado pela ala comunista da Igreja, que tenciona substituir as Paróquias pelas CEB.

Mesmo desconhecendo o teor do livro, a julgar pelos antecedentes do autor e pelo título da obra, desaconselhamos sua divulgação (CISA, 1974).

Consultando a bibliografia produzida por Comblin nos anos 1970, de fato não há nenhum título sobre as CEBs, mas há uma sobre “A Fé Popular no Nordeste” publicado justamente pela Editora Beneditina em 1974. Teria ele desistido do tema das CEBs para tratar de algo “menos subversivo” como a “religiosidade popular”? Ou será que a “fé popular” seria fundamental para uma “teoria das CEBs”? Lendo a carta de 31/10/1976 para Maria Emília Ferreira e para Eduardo Hoornaert, podemos perceber como Comblin articula as CEBs com a prática religiosa popular no Nordeste.

Na carta para Eduardo Hoornaert, Comblin pergunta “como vão as comunidades de base?”. Na conversa com Dom Marcelo Carvalheira, Comblin percebeu que o “problema da Comunidade de Base” estava numa “fase difícil”. Ele achava que deveria intervir porque havia “certas coisas que levam necessariamente ao fracasso”.

A preocupação de Comblin era o encaminhamento das CEBs para uma “prática política” a “curto prazo e totalmente utópica” adiando, assim, “os problemas de uma inserção cultural real e profunda”. Para ele esta opção era estreita demais. Por isso, desenvolve a seguinte tese de sabor existencialista-heideggeriano:

A comunidade humana e cristã fundamental não se cria ao redor da realidade política e dos problemas políticos. Ela é anterior a política – historicamente e qualitativamente. O seu conteúdo humano é a vida quotidiana – a quotidianidade, como dizem os filósofos. Isto é a família (casal, filho, lar e sexualidade em todas as formas) com todos os gestos de cada dia (comer, dormir, amar – ou odiar – conversar) depois a vida da vizinhança, a habitação, os vizinhos, os grupos e as relações que se criam nessa base, depois os ritmos da vida que se renova a partir da biologia [...], das estações, do ano solar; depois as festas e a alegria como a tristeza da vida [...]. Tudo aquilo é vida diária e **muda muito pouco com a mudança de regime [político]**. (grifos nossos)

Ele também tinha consciência que a mudança política poderia alterar as condições de vida, mas não modificaria “o problema fundamental”, “os dados essenciais”. A cotidianidade era a primeira matéria de evangelização, “objeto que se trata de evangelizar”. Era ali em que se deveria suscitar uma “verdadeira comunidade cristã”. É lá no cotidiano da vida que se dá “uma consistência mais livre, um conteúdo de libertação humana, e isso não se faz por meios políticos”. Os “meios políticos não mudam o amor nem o casal, nem a doença [...], nem a velhice”. A comunidade cristã deveria ser, antes de qualquer coisa, espaço de “continuidade de festas ou celebrações” dessas realidades diárias.

Por isso, ele defende o jeito de ser das comunidades afro-brasileiras, como o Xangô de Pernambuco. O Xangô era, para ele, “uma celebração da vida diária, e por isso mesmo dá ao povo nesse nível um começo de verdadeira libertação”.

Assim, defendia que “a comunidade de base deve[ria] preocupar-se com essas realidades antes de mais nada”, pois, como tinha revelado para Hoornaert, temia que “a indiferença perante o xangô ou a macumba que são a primeira realidade brasileira popular no campo religioso, tinha como preço que a pastoral não consiga apaixonar realmente os pobres”.

Não era para abandonar o plano político, mas não se poderia restringir toda ação a esse plano porque eram poucos os que se sentiam chamados a atuar no campo

político. Comblin temia que uma minoria de “Intelectuais” pudesse obrigar os grupos a fazerem coisas e a serem utilizados a serviço de determinados fins que não compreendiam. Para Comblin, esta “manipulação” era intolerável.

O mesmo tipo de “intelectualização”, sem uma sensibilidade popular, acontecia com a leitura bíblica que se introduzia na época junto às comunidades de base. Dizia ele:

[...] a reflexão ou discussão sobre a Bíblia como texto ou como ideias, mesmo referindo essa Bíblia aos acontecimentos não pode agradar. Nem dar resultados. Consequentemente tais comunidades não podem durar; estão esgotadas depois de uns meses ou poucos anos: passam ao lado da vida que pretendem iluminar.

Este tipo de crítica também iria recair sobre a Teologia da Libertação. Na carta para Sônia M. Guerra Ferreira, em 31/10/1976, ela o consulta sobre se deveria apresentar a Teologia da Libertação para os pescadores. Comblin foi até muito duro:

Que tem a ver a teologia com eles? Melhor seria enxergar a condições deles, e sobretudo a cultura deles. Tradicionalmente, os pescadores formam uma classe totalmente isolada. Nunca estiveram bem incorporados na Igreja. [...] Em todo caso, não adianta procurar impor-lhes uma libertação, que não lhes interessa. Será preciso partir do tipo de religião e de cultura deles. Não conheço nenhuma teologia da libertação para os pescados. A teologia da libertação é concebida em função dos universitários para universitários. Melhor não partir de preconceitos, mas dos próprios pescadores.

Respondendo à Eduardo Hoornaert, Comblin afirmava de forma pessimista sobre o processo de libertação latino-americana, pois não imaginava mudanças políticas e sociais nas próximas décadas. A cultura norte-americana e seu estilo de vida penetravam cada vez mais fornecendo os padrões de existência individual e coletiva: “Libertação no sentido de uma evolução latino-americana fora do modo americano de viver, aparece totalmente impossível”, pois era uma pressão muito mais forte do que a do Império Britânico exerceu sobre seus colonizados no século XIX.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ineditismo destas cartas¹⁰ pode possibilitar uma série de estudos sobre o olhar teológico-político-pastoral de José Comblin, nos meses de “exílio” imediatamente após a prisão e expulsão em Riobamba (Equador), em agosto de 1976.

Além disso, este material histórico ajuda muito no preenchimento das lacunas que ainda existem para um conhecimento mais preciso sobre a vida de José Comblin antes de seu retorno definitivo ao Brasil.

REFERÊNCIAS

A - Documentos do Fundo “Serviço Nacional de Informações (SNI)” no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN):

CENTRO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA (CISA). **Livro de JOSEPH COMBLIN**, 1974, 01 ff.

Código: BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 74064730

CENTRO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA (CISA). **A Comunização do Clero Brasileiro**. 1975, 56 pp.

Código: BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 75085114

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). **Cartas possivelmente escritas pelo padre JOSEPH COMBLIN**. 1976, 23 ff.

Código: BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 76099459

B - Livro e Artigos:

COUTINHO, Sérgio Ricardo. A Igreja diante da história – o impacto da Conferência de Medellín na sociedade e na Igreja no Brasil. In: SOUZA, Ney de; SABARDELOTTI, Emerson (org.). **Medellín: memória, profetismo e esperança na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2018, pp. 53-69.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. “Uma Igreja em estado de perseguição”: uma década de opressão e resistência, entre Medellín e Puebla (1968-1979). In: SOUZA, Ney de; SABARDELOTTI, Emerson (org.). **Puebla: Igreja na América Latina e no Caribe – opção pelos pobres, libertação e resistência**. Petrópolis: Vozes, 2019, p. 82-92.

¹⁰ Tomamos o cuidado de pesquisar na Biblioteca Central da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), as correspondências pertencentes à Coleção Pe. José Comblin do Centro de Pesquisa e Documentação José Comblin, e ali não encontramos nenhuma referência à estas 08 cartas.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Travessias: padres europeus no nordeste brasileiro (1950-1990)**. Recife: Editora CEPE, 2019.

ROLLEMBERG, Denise. "Exílio: refazendo identidades". In: **Revista História Oral**, v. 2, 1999, p. 39-73.

SIRINELLI, Jean-François. Effets d'âge et phénomènes de génération dans le milieu intellectuel français e Les Khagneux et normaliens des années 1920: un rameau de la "génération de 1905"? In: **Les Cahiers de l'Institut d'Histoire du Temps Present**. Générations intellectuelles, n. 6, nov. 1987.

C – Arquivos do autor:

COMBLIN, José. Carta para Margaret Malfliet de 31/10/1976. Arquivos do autor.

HOORNAERT, Eduardo. E-mail de 24/04/2019. Arquivos do autor.

HOORNAERT, Eduardo. E-mail de 27/04/2019. Arquivos do autor.

GEBARA, Ivone. E-mail de 30/04/2019. Arquivos do autor.